

### MESA DIRETORA

#### JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

#### Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

#### Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
*Suplentes:*  
1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

#### Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
**Telefone:** (95) 3623-6665 | **E-mail:** docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS  
**Gerente de Documentação Geral**

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
**Diagramação**

#### Atos Administrativos

- Concorrência SRP nº 002/2015 - Comunicado	02
- Despacho do Processo nº 035/ALE/2015	02
- Extrato do 2º Termo Aditivo - Processo nº 094/ALE/2013	02
- Resolução de Afastamento nº 177 E 178/2015	02

#### Atas Plenárias

- Ata da 2395ª Sessão Ordinária - Íntegra	02
-------------------------------------------	----

#### Atas Comissões

- Comissão Especial Externa - Resolução nº 031/2015, Alterada pela Resolução nº 033/2015 - Edital de Convocação nº 001/2015	10
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

**ATOS FINANCEIROS**
**DA PRESIDÊNCIA - ATOS DA CPL**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL  
 CONCORRÊNCIA SRP Nº 002/2015  
 COMUNICADO**
**PROCESSO N.º 024/ALE/2015**
**NATUREZA: CONCORRÊNCIA SRP nº 002/2015**
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos automotores, com e sem motorista, para atender a esta ALE-RR e seus anexos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, torna publico para conhecimento dos interessados que após a abertura das propostas de preços do Certame em epígrafe, a empresa **RBE – RIO BRANCO EMPREENDIMENTO LTDA-ME, CNPJ: 04.278.785/0001-10**, apresentou menor preços nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, classificando-se em 1º lugar. Nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 os interessados poderão interpor recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis.

Os autos do processo franqueado para vistas aos interessados, na sala da CPL da ALE-RR sito à Avenida Nossa Senhora da Consolata, 897 - Bairro Centro - Boa Vista-RR.

Boa Vista-RR, 01 de Junho de 2015

**Verona Sampaio Rocha Lima**  
 Presidente / CPL

**DA PRESIDÊNCIA - DESPACHO**
**DESPACHO**
**PROCESSO Nº 035/ALE/2015**
**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**
**ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Reconheço a Dispensa de Licitação, referente a contratação dos serviços bancários em favor do **BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ Nº 00.000.000/00001-91**, conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Boa Vista-RR, 01 de Junho de 2015

**Niura Cardoso de Souza**
**Superintendente Administrativa**

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente a contratação dos serviços bancários, em favor do BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ Nº 00.000.000/00001-91, de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da Lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.

Boa Vista-RR, 01 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**  
 Presidente

**DA PRESIDÊNCIA - EXTRATO DE CONTRATO**
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO**
**PROCESSO N.º: 094/ALE/2013**
**OBJETO: PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/07/2015**
**CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**
**CNPJ: 34.808.220/0001-68**
**CONTRATADA: R. L. DANTAS – ME**
**CNPJ: 15.666.948/0001-58**
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.0103101.2011/339039-101**
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores**
**DATA DA ASSINATURA: 29/05/2015**
**VIGÊNCIA: 31/07/2015**
**PELA CONTRATANTE: Deputado JALSER RENIER PADILHA**
**PELA CONTRATADA: ANTONIO CARNEIRO DA COSTA**

Boa Vista-RR, 01 de junho de 2015

**NIURA CARDOSO DE SOUSA**  
 Superintendente Administrativa

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**
**RESOLUÇÃO Nº 177/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GERSON CHAGAS** para viajar com destino a cidade de Vitória-ES, no período de 09.06 a 15.06.2015, com a finalidade de participar da XIX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**
**Presidente**
**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**
**1º Secretário**
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**
**2º Secretário**
**RESOLUÇÃO Nº 178/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **SEBASTIÃO COSTA DOS SANTOS, Matrícula 10474** para viajar com destino ao município de Rorainópolis, no período de 01.06 a 04.06.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de Junho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**
**Presidente**
**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**
**1º Secretário**
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**
**2º Secretário**
**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**
**ATA DA 2395ª SESSÃO, EM 07 DE MAIO DE 2015.  
 49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER**

Às nove horas do dia sete de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nonagésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc* e solicito que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária, Deputada (**Lenir Rodrigues**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 020, de 22/04/15, do Governo do Estado, que indica o nome do senhor Marcelo de Magalhães Nunes para exercer o cargo de Diretor-Presidente do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima-IACT.

Mensagem Governamental nº 021, de 22/04/15, do Governo do Estado, que indica o nome do senhor Alysson Roger Soares Macedo

para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima-ITERAIMA.

#### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 06/05/15, do Deputado Evangelista Siqueira, solicitando, ao Governo do Estado, implantação de Redutores de Velocidade na RR 325, Perímetro Urbano da Comunidade de Vila Nova, no município de Mucajá.

#### DIVERSOS:

Ofício Circular nº 006, de 06/05/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima – SINDPRER, comunicando que a Categoria continuará em Estado de GREVE caso não haja atendimento das Reivindicações ora em pauta.

Ofício Circular nº 001, de 04/05/15, do Sindicato dos Trabalhadores Cíveis e Efetivos do Poder Executivo do Estado de Roraima - SINTRAIMA, apresentando, para apreciação dos Deputados desta Augusta Casa, o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração-PCCR, dos servidores do Estado de Roraima, conforme anexo.

Ofício nº 099, de 04/05/15, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, em resposta ao Ofício nº 066/2015/GAB/PRES/ALE, indicando o Auditor Fiscal de Contas Públicas Valter Mariano de Moura, conforme solicitado por esta Augusta Casa.

Era o que constava no Expediente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente, a Senhora Deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom-dia a todos. Senhor Presidente, nobres pares, nós estamos bastante preocupados com a falta de coordenação, de política pública, de educação. Já estamos no dia 07 de maio e já haveria tempo de termos essa política pública organizada. Hoje, pela manhã, eu me surpreendi com a informação de que há um contrato que foi realizado com licitação pública, com toda legalidade possível, pois para se fazer uma licitação dessas, às vezes, demora um ano para sair tudo organizado com empresas daqui que produzem, realizam seu trabalho e contratam pessoas que residem aqui. Desta forma, o dinheiro irá circular no estado. O que acontece? Esse contrato foi cancelado e mais uma empresa de Manaus assumiu a limpeza das escolas. Deputados, é lamentável, porque mais uma vez os recursos do Estado que tanto se diz que estão escassos, e realmente estão, irão ser aplicados no Estado vizinho. Então, isso nos entristece. Nós que somos daqui, e eu posso falar com certa segurança dessa política de educação, pois sei como é difícil gerir uma pasta difícil com essa, mas quando se tem um contrato todo organizado e se cancela com desculpa esfarrapada, porque não foi previsto a compra de material junto, e nós sabemos que não é obrigado, Deputada Aurelina, isso nos preocupa muito, não podermos dar para a população uma tranquilidade com relação à execução da política. Hoje, pela manhã, uma mãe me ligou e disse: professora, faça alguma coisa, mande alguém na escola Severino Cavalcante que tem até merda nas paredes, porque estão nos colocando, nós que somos assistentes de alunos, para limpar as escolas, porque não têm mais pessoas para fazerem o serviço. Crise todo mundo passa, já fui gestora e passei crise na minha administração, mas esta crise interminável que já deu tempo para organizar, não dá para aceitar. Além desses contratos, o que muito me estranha é o fato das empresas serem todas de Manaus. Então, não dá mais para ficar calada, já me comportei muito, mas não dá mais para aguentar as reclamações, ainda mais as injustiças que estão fazendo com esse grupo de empresários que não são de nenhuma facção política. Entra governo, sai governo e essas pessoas têm capacidade técnica para trabalhar nesse serviço. Então, eu acredito que o respeito que temos que ter pelos empresários do nosso Estado, que produzem e geram empregos aqui, é o mínimo que o Governo do Povo tinha que ter, porque quem produz, gera emprego e renda. Há pessoas que estão há 12, 15 anos naquele emprego, limpando aquela escola, não são três dias. Eu conheço bem a educação e posso dar minha opinião, Deputada Aurelina, pois conheço cada canto deste Estado, Caramatáima, Mapaé, Baixo Rio Branco, Sacai, Caicumbi, não venham me contar história não, porque eu os conheço de *in loco*. Eu sei o que eu estou falando, porque conheço as pessoas e, elas estão me ligando desesperadas, a empresa que há 15 anos está trabalhando numa escola, de repente, vai ser substituída. E isso é grave, porque novamente as empresas de limpeza são todas de Manaus, agora tudo é de Manaus. Então, vou lhe conceder um aparte, Deputado Oleno, porque vou falar de outro assunto grave.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Oleno Matos** – Eu

não conheço tanto a educação quanto a Deputada que já foi secretária e é professora há alguns anos, poderia até dizer há décadas. Mas, quero fazer um aparte porque a Senhora se referiu à contratação de empresas de Manaus para fazer a limpeza das escolas, mas na lei de licitação, eu não conheço em todo o Brasil, não há possibilidade de podar de participação e empresas de qualquer lugar no processo licitatório, ou seja, podem ganhar empresas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, bem como as empresas de Roraima podem ganhar em outros Estados. Então, não entro nesse mérito. Mas, vou falar de um assunto que sei, que é a contratação das empresas para prestarem serviços de limpeza nas escolas, que se deu no final do ano passado, depois da derrota do ex-Governador, Chico Rodrigues. No final do ano passado, foi feito um registro de preços onde algumas empresas saíram vencedoras desse certame, mas, na própria Secretaria de Educação, o parecer da PROGE relatou que aquele processo licitatório continha vícios que precisavam ser sanados. Os membros da Comissão de Licitação da Educação foram praticamente forçados, porque são cargos comissionados, a mandar o processo para frente, mas o processo contém inúmeras irregularidades e vou pedir cópia integral dele para apresentar nesta Casa, assim como requireiro das comissões que dizem respeito ao assunto que, desde já, convoquem os antigos membros dessa comissão, pois já que é para lavar roupa suja e apurarmos o que está acontecendo de errado, faço questão que isso seja apurado, o que está ocorrendo em relação à impossibilidade de contratação de novas empresas está se dando devido a tudo isso. Então, esse é um debate que não vai ser resolvido aqui neste aparte e nem na sua fala, mas vai acalorar e vai nos ajudar a sanar qualquer irregularidade ou a falta do serviço. Mas, queria deixar registrado isso, já que no ano passado ainda, em outubro ou novembro, tive acesso a essas informações e as repassei para algumas pessoas que tinham competência para apurar os fatos, e acredito que alguns órgãos de fiscalização estejam apurando. Espero que isso aconteça, porque como Vossa Excelência falou, a nossa intenção no parlamento é fazer com que todas as políticas públicas se desenvolvam da melhor maneira possível e, principalmente, a educação que é a mola propulsora para o desenvolvimento e crescimento do Estado e para que tenhamos uma sociedade plena de democracia e conhecimento dos seus direitos. Hoje estamos vendo o País viver um novo momento onde a sociedade, começou a exercer o seu papel de fiscal e não somente de espectador. Antes, elegiam pessoas para um mandato de quatro anos e que, às vezes, não lembravam mais nem em quem votaram e depois de quatro anos, escolhiam outra pessoa, seja para o Parlamento Federal, Estadual ou Municipal, para passar esses quatro anos só condenando e sem ajudar de nenhuma forma a gente que está hoje no parlamento a desenvolver nosso trabalho.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** continua – Eu admiro bastante o seu talento, Deputado, porque nós, enquanto Defensores Públicos, defendemos o indefensável. E digo para o senhor que eu conheço os autos desse processo também, ele não começou em 2014, depois da derrota do candidato. Esse processo se iniciou em 2013 e rolou para o ano de 2014, pois e só se faz contrato depois que a Procuradoria Geral do Estado dá um parecer aprovando os trâmites processuais. Então, se foi feito o contrato, é porque a PROGE deu parecer favorável, agora cancelar o contrato na altura do campeonato é defender o indefensável. Senhores, isso é grave, temos que enxergar essa triste realidade que é tentar burlar esse processo que se deu de forma lícita. Daqui a pouco, Deputado Coronel Chagas, vem uma empresa de Manaus assumir o transporte escolar, porque o resto já assumiu. Concedo um aparte ao Deputado Naldo da Loteria.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Deputada, quero contribuir com seu discurso. Nós ficamos preocupados com certas atitudes do governo roraimense, porque começamos a pensar que santo de casa não faz milagre. As empresas de Manaus estão ganhando com facilidade, empresários do sul do País estão visitando o estado e ganhando incentivos e, no passado, isso não deu certo. Os empresários locais lutam e não têm incentivos, porém, muitas vezes, os empresários de fora são convidados para vir conhecer o nosso potencial e recebem terras, créditos e, simplesmente, quando se beneficiam vão embora, como já fizeram no passado. Está na hora de se beneficiarmos os empresários do nosso Estado que geram emprego e deixam divisas aqui. Eu acho que este Governo é o Governo do povo de Roraima e não do povo do Amazonas, até porque essas empresas que estão vindo de Manaus são viciadas e estão sendo investigadas por práticas ilícitas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputada Lenir, surpreende-me ver empresas serem impedidas de terminarem seus contratos, porque se você tem um contrato de dois anos, esse contrato está sendo rompido e outras empresas estão sendo contratadas emergencialmente. Então, eu quero parabenizá-la na manhã

de hoje por abordar um tema tão importante. E, quero deixar esse registro de que empresas estão sendo contratadas emergencialmente, enquanto já tinham empresas que ganharam uma concorrência e estavam trabalhando com dificuldade. Como disse o Deputado Naldo, nos surpreende a contratação de empresas que estão sendo investigadas pelo Ministério Público do Amazonas. Só queria reforçar a sua fala na manhã de hoje. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Deputada Lenir, quero parabenizá-la pelo pronunciamento, trazendo um assunto que é de interesse da sociedade roraimense. Essa questão de cancelar contratos e em seguida contratar emergencialmente outras empresas é uma forma de burlar a Lei de Licitação, e pelas informações que nos chegam, com valores maiores do que o do contrato que foi cancelado. Eu acho que esta Casa tem que tomar providências com relação a isso. Há uma comissão especial acompanhando alguns setores como é o caso da saúde e do sistema prisional, mas também, temos que verificar a questão da educação. Pelas informações que me chegaram, parece que já são mais de 100 milhões de reais em contratos de forma emergencial com diversas empresas, a maioria de fora, algumas daqui, sem que houvesse uma argumentação forte para isso.

Esta Casa, através da Comissão de Administração e serviços públicos e também através da Comissão de Orçamento, tem que fazer uma fiscalização mais rigorosa e, se for o caso, até propor em plenário um Decreto Legislativo suspendendo os contratos, se comprovarmos que houve eventualmente a burla à lei de licitações.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** continua – Muito obrigado, Deputado Coronel Chagas. Também acredito que se não existisse contrato em vigência e tivesse uma Ata de registro de preço de qualquer lugar do País, onde houvesse o atestado de capacidade técnica, seria perfeitamente possível contratar de qualquer lugar do país e pegar essa ata de registro de preço de qualquer lugar. Agora, não se pode, com o contrato vigente, legal, feito dentro dos procedimentos, cancelar um contrato com as empresas locais para prestigiar empresas do Amazonas. Isso é realmente um absurdo. Não dá para nos conformarmos e ficarmos calados assistindo. Temos que ter coragem para defender isso. Realmente não dá para aguentar mais, não dá mais para suportar.

Quero também aproveitar, para não ter que me inscrever novamente terça-feira, falar tudo hoje. Nós estamos tendo um outro problema grave em relação aos livros.

Quando iniciou o ano, a Secretaria de Educação fechou os centros regionais de educação e a Deputada Aurelina sabe disso. E o que aconteceu? Os correios entregam os livros do FNDE somente nas sedes dos municípios, mas quando foram entregar lá na sede do Centro Regional, o Centro estava fechado porque foi todo mundo exonerado. O que aconteceu? Os livros foram devolvidos para o departamento de educação. Já estamos no dia sete de maio e ninguém distribuiu os livros nas áreas de difícil acesso. Eu quero dizer que não é só lá longe, como a Deputada Aurelina defende, nas áreas de difícil acesso, mas ali na vicinal do Apiaú, no Manauara, no Jabuti o correio também não entrega, tem que ser a Secretaria de Educação. Então, Deputado Brito, ficou difícil. Não iniciaram as aulas porque não tinha professor também, não tinha merenda, não tinha transporte escolar e até hoje não tem livro. Sinceramente não dá para eu ficar calada. Muito obrigada.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Não havendo mais orador inscrito, passamos para a Ordem do Dia.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15, que dispõe sobre a “apreciação e arguição do nome da Senhora Júlia América Vieira Campos, indicada para exercer o cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, nos termos do artigo 33, inciso XVIII e inciso XXXI, da Constituição do Estado de Roraima.”.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15, bem como do Parecer da Comissão Especial Externa.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Gostaria que Vossa Excelência verificasse se há quórum para deliberação da matéria.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Após a leitura do Parecer do Relator, caso não haja quórum, vamos nos manifestar, porque nesse momento existem 15 Deputados em Plenário.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15 e o parecer da Comissão Especial Externa).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Como líder do Governo,

eu apresentei um Requerimento solicitando adiamento de discussão da presente matéria. Peço que Vossa Excelência analise e, de acordo com o Regimento, conceda o adiamento de discussão quando o projeto entrar em pauta.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de autoria do Deputado Brito Bezerra, solicitando adiamento de discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/15, conforme artigo 224, que faculta o direito a Vossa Excelência, como líder do governo, de solicitar o adiamento de discussão.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado. Portanto, fica adiada a discussão do Projeto.

Quero informar aos Senhores Deputados que temos a Comissão Especial que irá sabatar o nome do Senhor Marcelo de Magalhães Nunes, indicado pela Senhora Governadora do Estado para ser Diretor-Presidente do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACT, composta pelos seguintes Deputados: **Brito Bezerra, Soldado Sampaio, Ângela Águida, Francisco Mozart e Naldo da Loteria**.

Alguma objeção em relação à criação da Comissão?

E a comissão que irá sabatar o nome do Senhor Alysson Roger Soares Macedo para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima - ITERAIMA, será composta pelos seguintes Deputados: **Mecias de Jesus, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Lenir Rodrigues e Izaías Maia**.

A Comissão tem o prazo de cinco dias a contar desta data para reunir e eleger Presidente e relator para que possam convidar ou convocar o nome dos sabatinados.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Nós temos um Requerimento aprovado em plenário, solicitado pelo líder do G14, Deputado George Melo, que convida o atual Secretário de Administração para se fazer presente nesta Casa. O objetivo da vinda do Secretário é sobre o recebimento da documentação das pessoas alcançadas pela MP 660.

Atendendo ao Requerimento 028/15, de autoria do Deputado George Melo, aprovado na Sessão Plenária do dia 05 do corrente mês, e que foi solicitado e aceito pelo Senhor Secretário Estadual de Administração, que se encontra em plenário, transformo a Sessão em Comissão Geral.

Convido o Senhor Deputado Mecias de Jesus para que conduza o Secretário de Administração até a mesa dos trabalhos.

Convido também para fazer parte da Mesa o Senhor Josias Licata, representante da PEC 660, para fazer parte da Mesa dos Trabalhos.

Além de todos os presentes, essa Presidência quer saudar todos os convidados e também destacar a presença do Vereador Rodivan, do Município de Pacaraima, bem como do Vereador Marcelo e demais autoridades que acompanham esta solenidade.

Neste momento, quero iniciar os trabalhos da Comissão Geral, agradecendo a presença do Secretário Estadual de Administração, Frederico Linhares, bem como do Senhor Josias Licata. Vou ceder a palavra inicialmente ao representante dos futuros servidores da PEC 660, Senhor Josias Licata, com o tempo de 10 minutos.

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) - Meu cordial bom dia a todos os Deputados aqui presentes e como diz a palavra de Deus, todos são constituídos por Deus para estar aqui hoje.

Bom dia Senhor Presidente, Deputado Jalser Renier, Deputado George Melo que tiveram essa iniciativa de poder aqui dar a oportunidade para o povo, do ex-Território que já foi tão massacrado, humilhado e que hoje, em plenário, tem a oportunidade de poder se defender dos atos que estão acontecendo ainda contra esses trabalhadores.

Senhor Presidente, nós estamos tendo dificuldades em receber documentos na Secretaria de Administração. E qual é essa dificuldade? Esses trabalhadores, muitos têm contracheque, parte deles têm um decreto, pois e no tempo do ex-Território se criava um decreto que nomeava 40, 100 pessoas. Era assim que acontecia naquela época.

Quero comunicar aos Deputados que não tiveram a oportunidade de morar aqui em Roraima no tempo de ex-Território, que não é difícil defender esses trabalhadores. E quero convocá-los para também serem defensores desses trabalhadores, até que possa findar esse processo. Ainda não estamos chegando ao fim. O enquadramento

é traçado por diversas etapas e gostaria de contar com o apoio de todos os Senhores que são representantes também do povo de Roraima.

Por diversas vezes eu encaminhei ofício à Secretaria de Segurança Pública, fiz encaminhamento ao Secretário atual, não sei se já chegou a suas mãos, exatamente sugerindo como nós devemos resolver a situação desses documentos. No nosso entendimento, quem tem os documentos desses trabalhadores é a Secretaria de Educação e de Administração. A Secretaria de Administração era a parte responsável pelos documentos desses servidores. Hoje, se essas pessoas não têm todos os documentos, a responsabilidade é dos gestores passados daquela Secretaria. Hoje, está lá o novo secretário, e já até estive falando com ele e vai me receber, porque nós precisamos da certidão de tempo de serviço desses trabalhadores, precisamos da cópia dos documentos que estão lá no DSG, pois que não estão liberando esses documentos para esses trabalhadores, o que é um direito constitucional deles. Queremos reaver os nossos documentos. Nós estamos sendo impedidos de receber o que é nosso para poder garantir o enquadramento desses trabalhadores. Talvez as pessoas possam achar que isso não é sério, mas é muito sério. Aqui temos advogados que são parlamentares e sabem que os prazos devem ser cumpridos. Gostaria de ter condições de apresentar a todos os Deputados uma Constituição nova, onde consta a Emenda Constitucional que fala do enquadramento desses trabalhadores, mas a associação gastou muito para poder fazer parte desta Constituição no seu artigo 79. Tenho orgulho em poder dizer que fui defensor desses trabalhadores e que o trabalho continue para fazer uma interpretação rápida. Quero dizer que a nossa luta começou há 23 anos aqui em Roraima. Há 11 anos, toda segunda-feira viajo a Brasília e toda quinta retorno, cobrando dos nossos representantes e parlamentares do meu País, contando a história desses trabalhadores do Ex-Território, o quanto foi difícil serem servidores, o quanto foi difícil de acreditar que um dia o Governo Federal poderia os considerar como serviço escravo em Roraima, Amapá e Rondônia, pois foi serviço escravo que aconteceu com esses trabalhadores que vocês estão vendo. Por isso defendo esses trabalhadores, porque sou parte desse processo. Por diversas vezes tentaram calar minha boca e não conseguiram, porque eu conheço a situação de cada um que vai ser enquadrado.

Senhoras e Senhores, de hoje para amanhã temos a decisão e esperamos que seja uma decisão final. Aqui temos um parlamentar que representa o partido dos trabalhadores, o PT, meu amigo particular, Deputado Soldado Sampaio, que já deveria ter entrado em contato com a Senadora Ângela, porque até hoje não temos a garantia que o partido dos trabalhadores sairá em defesa dos trabalhadores de Roraima. E estamos vendo propagandas em rádios e televisão dizendo que a Senadora apresentou emendas. É certo que apresentou, mas nenhuma foi aprovada nas Comissões. Na Comissão Mista, e eu estava lá, nenhuma foi aprovada, mas hoje nós não queremos discutir isso, se esse partido está traindo sua confiança, se está traindo a confiança da Senadora Ângela Portela, eu quero comunicar a todos que fazem parte dele que não posso trair o povo de Roraima. Não é a Presidente Dilma que elege Vereadores, Senadores e Deputados não, é o povo de Roraima e que estamos pedindo é um direito nosso, que foi tirado de nós. Nós fomos trabalhadores do ex-Território, quem nos contratou foi o Governo Federal, nós temos Decreto Federal de contratação dessas pessoas, temos carteira de trabalho assinada que até hoje não foi dada baixa. E sobre esse assunto vou discutir com o Secretário de Administração, porque até hoje há pessoas que não recebem bônus nenhum, mas suas carteiras foram assinadas e não foi dada baixa. Nós temos processo em defesa desses trabalhadores, mas a nossa justiça, caminha a passos lentos. Se hoje nós temos uma MP para regulamentar uma Emenda Constitucional, a Presidente Dilma já teve a oportunidade, no dia 24 de novembro de 2014, se realmente ela pensasse no povo de Roraima, Amapá e Rondônia, de regulamentar o que já está dentro da nossa Constituição Federal de forma que pudesse enquadrar os trabalhadores dos Estados citados. Está garantido, mas nem o que está dentro da Constituição Federal se faz cumprir. Então, a Presidente não respeita os direitos dos brasileiros. Eu sou brasileiro, esses trabalhadores são brasileiros e não é justo que tenhamos uma Presidente, que representa um partido que diz ser o partido dos trabalhadores, covarde para com os trabalhadores do Estado de Roraima. Está na hora de darmos um basta nisso e acabar com essa cobrança. Está na hora de pararem de nos chamar de chatos por estamos à frente de movimentos, pois só queremos garantir o nosso direito. É constitucional, está dentro da Constituição Federal. Eu só quero falar para todos os Senhores que não foi fácil defender tudo que está na Constituição Federal em Audiências Públicas em Roraima, Rondônia e Amapá. Sejam os senhores também os defensores do povo, amigos dos trabalhadores, porque só têm a ganhar e o Estado de Roraima também. Aqui no meio desse povo temos

bons policiais, temos enfermeiros formados, bem como advogados que deverão assumir na AGU, temos professores que já formaram doutores em Roraima. Senhores, só sabe o tamanho da dor quem passa por ela, só sabe o tamanho desse sofrimento quem passou por ele. Então, os Senhores não imaginam o quanto é grande a nossa expectativa de hoje para amanhã! Talvez muitos dos nossos companheiros não vão nem dormir esperando que a Presidente Dilma possa sancionar a Emenda Constitucional de número 79. E muitos me perguntam o que é a MP 660? Antes dela existir, existia uma PEC 111 e essa PEC foi muito difícil de ser aprovada no Congresso Nacional. Tivemos a vitória na Câmara Federal, no Senado Federal, fomos enganados com a possibilidade de ser votada por esse mesmo partido que nos enganou por um ano e meio e só foi colocada em pauta quando mudou a bancada do Congresso Nacional. E, a partir daí, veio a vitória, porque tínhamos chegado ao um número exato que precisávamos para a aprovação. Nós fomos de gabinete em gabinete de Deputados que nunca estiveram no Estado de Roraima, mas que votaram favoráveis aos trabalhadores. Quero falar aos Senhores que ela foi promulgada pelo Senado Federal e transformada em Emenda Constitucional 79. A Presidente Dilma teve seis meses para sancionar os nossos direitos. Eu não sei se ela é mal assessorada pela nossa Senadora ou por algum representante do nosso Estado, ou se ela é realmente mal assessorada. Acredito que ela deveria vir ao Estado de Roraima para ver que aqui tem vida, tem povo, tem gente e voto, tem cidadão brasileiro e que ela não precisa ter medo, pois não vamos fazer mal nenhum a ela se vier ao nosso Estado, pois até hoje o que ela tem feito é faltar com respeito à nação brasileira e ao povo de Roraima por não ter vindo até agora ao nosso Estado. Eu não quero nem saber dos outros, mas ela deveria ter respeito com o Estado de Roraima, deveria vir aqui para conhecer a nossa realidade, talvez assim ela assinasse com maior rapidez esse Decreto para que possa ser sancionada essa lei. O que ela sabe do nosso Estado é de ouvir falar e falar não é igual a ver, ou a sentir a dor dos trabalhadores.

Senhor Secretário, nós temos duzentas caixas de documentos da Secretaria de Segurança Pública no DSG, e nós enfrentamos dificuldade para termos de ter acesso a esses documentos. São carteiras de policiais, Decreto de Policiais e outros documentos. Já enviamos um ofício ao Senhor, solicitando uma sala para que nós, trabalhadores, separássemos esses documentos, ou então que os devolva para a Secretaria de Segurança Pública. Nós já conversamos com o Secretário e a associação está disposta a colocar trabalhadores para separar esses documentos, para que as pessoas possam ter acesso. Outra dificuldade que nós temos é no DSG, porque lá não tem uma máquina de tirar xerox, a pessoa que trabalha lá tem boa vontade em atender os trabalhadores, mas o trabalho atrasa por não ter uma máquina para tirar cópia. Gostaria que o Senhor conseguisse uma máquina de xerox para deixar no DSG. A minha preocupação, Senhor Secretário e Deputados, é porque temos menos de um mês para entregar os documentos, dia 22 deste mês encerra o prazo, e eles não vão prorrogar. Quero pedir aos Deputados e ao Secretário que falem com o Governo do Estado para criar uma Comissão, que é constitucional, eu tenho a lei, uma Comissão Estadual, para acompanhar esse enquadramento, com Presidentes Sindicais e Presidentes de Associações para acompanhar tudo desde o início. E, os senhores deputados, nos ajudem a cobrar, porque não é sempre que nós temos oportunidade de vir até aqui e usar o microfone. E aqui nós queremos pedir a cada um Deputado que nos represente e nos ajude no sentido de montar essa comissão para ontem, porque a Comissão interestadual vai acompanhar o processo. Eu não peço nem que seja só eu, mas que faça convites a representantes sindicais de outras entidades para poderem acompanhar o trabalho. As dificuldades são grandes, mas se cada Presidente de categoria estivesse envolvido nesta Comissão, muitas coisas já teriam sido resolvidas. Aqui deveria estar também a Superintendente da SANF, porque as pessoas que estão recebendo os documentos estão tratando mal os trabalhadores que estão entregando os documentos. Nós sabemos como eles foram colocados lá pelo Governo Federal e, nesse momento, eles têm que tratar as pessoas bem. Eu tenho a gravação do Ministro do Planejamento... Eu fui um dos que denunciaram ao Ministro do Planejamento que deveriam sim receber todos os documentos dos trabalhadores, independentemente de serem enquadrados ou não, mas têm que receber, porque nós temos prazo e esse prazo vai encerrar. E o Ministro do Planejamento falou: "Que seja até um pão podre, mas o Ministério do Planejamento tem que receber." Os documentos estão sendo entregues na SANF, e tem pessoas colocando a seguinte observação: "sem vínculo". Já está difícil a pessoa entrar para o quadro federal e ainda colocam essa observação. Temos trabalhadores aqui no plenário com esse documento, mas eles não têm que colocar nada! O próprio Ministério do Planejamento disse que não

é para colocar nenhuma observação. Então, eu gostaria que os Senhores Deputados, através do Presidente que tem apoiado este movimento, formem uma comissão, dirijam-se a Superintendência e peçam para tirarem essa observação, porque esses trabalhadores não têm que ter nenhuma observação na sua ficha. Alguém tem essa ficha para eu mostrar para os Deputados? O que vai provar que nós temos o vínculo são as leis que estão sendo apresentadas, não é uma servidora que tem o poder de sentenciar. Nós temos que acabar com esse tipo de discriminação com os trabalhadores. Quero dizer aos Senhores que esses trabalhadores já foram desbravadores do ex-Território Federal de Roraima. Quando ninguém queria ser trabalhador em Roraima, nós tivemos coragem. Naquele tempo, nós tínhamos dois tipos de trabalho, ou a pessoa seria garimpeiro, ou seria servidor público federal. E fizemos a escolha de sermos servidores públicos federais, mas mesmo assim fomos discriminados. Trataram-nos como esquecidos, não nos pagaram os nossos direitos trabalhistas até hoje e foi tanta discussão para sancionar essa lei que tivemos que renunciar aos nossos direitos trabalhistas passados, tivemos que fazer isso em audiência pública! Então, agora não é hora de discutir se o Governo Federal está certo ou não, está na hora pedir apoio para que o Governo Federal sancione logo essa lei.

Que partido dos trabalhadores é esse que não defende o trabalhador? Que partido é esse que se acovarda. Acovarda-se exatamente no momento em que estamos precisando de ajuda. Não temos nada contra nenhum partido, nem contra nenhum parlamentar, mas não podemos ficar calados e deixarmos as coisas do jeito que estão. Queremos um empenho maior de cada parlamentar, de cada secretário, de quem está governando o Estado. Queremos parceria para que chegue ao fim esse sofrimento. E aí vem a pergunta: O que eu ganho com isso? Os senhores ganham melhor segurança pública, porque a Secretaria de Segurança Pública vai ter reforço. Ganha a educação, com um maior número de professores. Entre essas pessoas há médicos e enfermeiros, ou seja, vão ganhar reforços no hospital geral com mais enfermeiros e médicos, vão ganhar reforços em todas as áreas, e de graça. Por quê? Porque são ónus federais que estarão vindo para Roraima. Quando discutimos em audiência pública, falava-se em impacto financeiro. Mas que impacto financeiro é esse, se essa despesa já está orçada, são trezentos e oitenta milhões que estão garantidos para fazer nosso pagamento? Só falta ser regulamentado, porque o Dinheiro já está reservado, através de uma emenda do Senador Romero Jucá. Já está garantido. E os senhores parlamentares sempre foram nossos parceiros e não vai ser agora na reta final que vamos nos afastar. Não podemos. Essa luta é nossa e nós somos exatamente os soldados, pois quem ganha a guerra não é o coronel e nem o general, são os soldados. Por isso, chamo a todos de soldados e convido os senhores parlamentares a estarem conosco, a não desistirem, porque assim estarão defendendo pessoas que vocês conhecem, trabalhadores. Talvez não tenha ninguém da família dos senhores, ou que os senhores conheçam, mas alguém conhece um parlamentar, um secretário que vá ter direito neste enquadramento. Gostaria de dizer que é muito difícil você defender o direito de quem não conhece, mas, muitos conhecem os senhores. Então defenda, a hora de defender é agora, não adianta querer defender depois, vamos entrar nesta luta com a gente. Vamos somar com nossas entidades, porque o povo de Roraima só tem a agradecer. Quero dizer aos senhores que, segundo dados do Ministério do planejamento, serão mais de cem milhões de reais que entrarão no Estado de Roraima, no comércio de Roraima. Esses trabalhadores vão impactar sim nessa perda per capita que estamos vendo no comércio e vai impactar para melhor. Talvez a gente consiga subir um degrau ou oito degraus, ou quem sabe chegar a dez degraus. Quem sabe o que é isso é quem é comerciante. O comerciante sabe o quanto ele faturava há cinco anos ou há dez anos atrás. Hoje, ele tem consciência de que teve uma perda per capita. E a soma desse trabalho parlamentar, a soma com as entidades sindicais e todos os secretários irá colaborar para chegarmos à reta final e pressionarmos mesmo o Governo Federal para que assinasse essa sanção presidencial da regulamentação, respeitando assim a vontade do povo deste Estado. Roraima é um Estado brasileiro e seu povo não deve jamais ser discriminado pela Presidente da República, ou por pessoas que olham para a gente de cima para baixo. Esses que nos olham de cima para baixo vão me ver e ver os senhores olhando eles do alto, porque o início do Brasil é em Roraima, não é de lá para cá não. Nós somos um Estado que tem todos os tipos de dificuldades e de mazelas. Mas, agora vamos superar isso. Há muito tempo eu tinha vontade de chegar até aqui e poder convidar os senhores a nos ajudar. Por diversos gabinetes eu já passei, mas não sei se os senhores me interpretaram do jeito que deveriam ter me interpretado. Não foi fácil passar dez anos viajando, indo e voltando à Brasília, sem a ajuda de ninguém. Se falar para os senhores quantas passagens eu ganhei durante esses onze anos, não vão

acreditar. Ganhei nove passagens, em onze anos. Temos um gasto de mais de quatrocentos e oitenta e dois mil reais e temos como provar isso, porque temos todos os comprovantes de passagens e hospedagens de pessoas da nossa associação que foram à Brasília nesses anos todos. Isso só da nossa associação, imagine as outras entidades que também somaram conosco em Brasília. Temos essas passagens guardadas. Por quê? Porque vamos escrever um livro, no qual vamos colocar o nome de quem ajudou nossa entidade. Quem pensar que nosso movimento vai parar, como já mandaram recado lá para a associação dizendo que irão tomá-la assim que formos enquadrados, está muito enganado, pois aquele lugar nos pertence, aquele lugar estava esquecido e abandonado e para tomá-la de nós terão que tomar nossas vidas, porque estamos lá há muito tempo e se tivermos que reagir, reagiremos. Não é isso que queremos, queremos ser respeitados. Aquela entidade é nossa e não adianta mandar recado não, a pessoa ao invés de mandar recado deveria ir lá, pois na época das eleições eles foram lá pedir voto do nosso povo. Então, agora não aceitamos ameaças de que vão tomar nossa associação. E o que vamos fazer com isso tudo? Vamos lançar um livro e vamos contar a história do quanto foi difícil lutar.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Senhor Josias, só gostaria de dizer que entendo seu desabafo, pois isso nada mais é que um desabafo que o senhor apresenta nesta Casa. Mas cabe a mim, informar que lhe concedemos dez minutos o senhor já está há trinta minutos na tribuna da Assembleia. Por conta disso, gostaria que evoluísse para que pudéssemos sair do discurso à prática, que é o motivo da nossa reunião.

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) – Tudo bem, Senhor Presidente, vou concluir. O que mais pedimos é que possamos criar essa Comissão de trabalho que envolva os parlamentares desta Casa e a Secretaria de Administração, para que possamos encaminhar até a SANF esses documentos. E gostaríamos também de contar com a participação desta Casa no sentido de fazer o encaminhamento desses documentos. A Presidente Dilma tem um prazo até amanhã para sancionar a MP 660 e nós queremos que ela assinasse sem veto e, por isso, pedimos a colaboração e a influência dos senhores nesse sentido. Para concluir, queríamos informar que fizemos alguns encaminhamentos a diversos Deputados já programando nossa festa e quero aproveitar para convidá-los, independente de partido, pois fazemos questão que todos façam parte desta festa. Quero agradecer, com muita honra, esse convite e dizer que a Associação dos Antigos Policiais Civis, servidores do ex-Território Federal de Roraima está sempre à disposição não só do senhor, Presidente, mas de todos os parlamentares do Estado, Vereadores, Deputados Estaduais, Senadores e Deputados Federais para esclarecer qualquer dúvida que por ventura tenha ficado sobre esse assunto e também, ao Governo do Estado que se faz representar aqui pelo senhor Secretário Frederico. Quero agradecer a todos da associação que se fizeram presentes neste Plenário, aos diretores da associação e a todos os Parlamentares que nos receberam neste dia. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Neste momento a palavra será franqueada ao Senhor Frederico Linhares, Secretário de Estado de Gestão Estratégica e Administração. E após, vamos passar a palavra para os senhores Deputados. Secretário, se vossa excelência quiser falar daqui mesmo fique à vontade, mas pode falar da Tribuna se preferir.

O Senhor Secretário de Estado de Gestão Estratégica e Administração (**Frederico Linhares**) – Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Jalser Renier; senhores Deputados presentes; senhor Josias Licata, Presidente da Associação dos Antigos Policiais Civis do Ex-Território de Roraima; caros membros da associação, demais presentes na Assembleia Legislativa. O assunto que nos traz aqui hoje é importante e, por isso, agradeço ao Presidente Jalser Renier pela oportunidade que temos para tirar as dúvidas e esclarecer as situações que vêm ocorrendo quanto aos documentos que deverão ser entregues para a MP 660. Gostaria de dizer que esses pedidos de opção para que essas pessoas se tornem servidores federais é de todo interesse do Governo do Estado de Roraima. Inclusive, esteve com o Josias há algum tempo atrás em Brasília, participando da audiência pública que reuniu as bancadas de Roraima, Amapá e Rondônia, o Ministério do Planejamento, naquela ocasião, representado pelo Dr. Guilherme Estrada, quando tudo foi encaminhado, em Brasília, para que a gente possa tentar resolver da forma mais célere, da forma mais justa possível para que todos possam ter em mãos sua documentação, para apresentar no Ministério do Planejamento. Quero dizer que ainda não recebi nenhum documento oficial da Associação, o Josias está aqui me apresentando um documento de ontem, mas esse documento foi encaminhado para a Secretaria de Segurança Pública, e o Josias também nunca me procurou pessoalmente lá. Mas, é importante que vá à Secretaria para que possamos estabelecer

as diretrizes, pois já estamos no dia sete de maio e o prazo começou no dia 24 de novembro de 2014, no entanto, até a presente data não recebi a visita da associação lá na SEGAD, para que essas situações fossem esclarecidas. É importante que os associados saibam disso.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Doutor Frederico, desculpe-me interromper, mas, gostaria de dizer que durante nossa conversa vossa excelência sugeriu que seria muito bom que estivesse presente a esta audiência um representante do INSS. Então, e tomei a liberdade de ligar para o Superintendente do INSS no Estado e o convidei para que ele viesse participar desse encontro. Ele aceitou nosso convite e já está na Sala Vip. Portanto, agora, gostaria de convidar o Senhor Antônio Quinto, Superintendente do INSS, para fazer parte da Mesa dos Trabalhos. Solicito ao Senhor Deputado Mecias que o conduza até a Mesa dos Trabalhos, para evoluirmos com a fala do senhor Secretário de Gestão Estratégica e Administração.

O Senhor Secretário de Estado de Administração (**Frederico Linhares**) – Gostaria de agradecer a presença do senhor Superintendente do INSS no Estado, senhor Antônio Quinto. Continuando, em relação aos documentos, efetivamente é o que nos traz aqui nesta data. A Secretaria de Administração encontrou no início do ano uma situação bem delicada em relação a esses documentos. Vou relatar os senhores a situação que encontramos. O prazo para a entrega dos documentos no Ministério do Planejamento se iniciou dia 24 de novembro do ano passado, data da Medida Provisória nº 660 que hoje a gente aguardamos ansiosamente pela sanção da Presidente Dilma. E, naquela ocasião, no ano passado ainda, eu já discutia isso com a secretária Gerlane. No período de transição, ela já me havia passado essa preocupação que tinha seis mil, duzentos e sessenta e sete requerimentos que foram apresentados à SEGAD já com a documentação. Mas, na verdade, eram para ser protocolados na SANF – Secretaria de Administração do Ministério do Planejamento. A Secretária Gerlane também me relatou que a SANF não estava recebendo esses documentos, ou seja, não queria receber. Eram muitos documentos e ia dar muito trabalho, por isso a SANF se recusava a receber. E naquela ocasião, Josias, que nos encontramos em Brasília, consegui conversar com o representante do Ministério do Planejamento, Dr. Guilherme Estrada, e implorei para ele que sensibilizasse a SANF aqui em Roraima, para que ela efetivamente recebesse esses documentos. Tenho o ofício que encaminhei ao Doutor Guilherme Estrada logo depois que cheguei de Brasília, pedindo para que ele intercedesse junto à SANF para que ela recebesse esses documentos. E só receberam, depois de muito trabalho, no dia 09 de abril, os seis mil, duzentos e sessenta e sete pedidos de enquadramento que estavam em posse da SEGAD. Esses documentos em geral, senhores, referem-se à ficha funcional e à ficha financeira do servidor. Esses são os documentos mais elementares que o associado precisa para comprovar seu vínculo. Além disso, o decreto de sua nomeação, ou algo que o valha, e as comprovações, no caso dos policiais civis, de carteira policial, provas que poderiam comprovar que a pessoa exerceu o cargo. Em relação ao ato de admissão como, por exemplo, é o caso do decreto, os servidores não estão encontrando dificuldades lá na imprensa oficial, pois a imprensa oficial é um setor bem organizado e na grande maioria dos casos eles saem de lá com o seu documento em mãos. A ficha funcional e a ficha financeira que é emitida na sede da SEGAD tem sido emitida num prazo bastante razoável. É preciso lembrar que foram mais de seis mil requerimentos, o número já está chegando a quase oito mil agora, Josias, e nossa capacidade é limitada, mas nenhum documento emitido na sede da SEGAD demorou mais de dez ou quinze dias, procurando, inclusive, um prazo mais largo. Agora, me relata o senhor um problema maior no DSG que, na verdade, não se chama mais assim, pois já mudamos o nome, agora se chama CGGL – Coordenadoria-Geral de Gestão e Logística. Lá, a situação do arquivo central do governo é efetivamente complicada, até convidei algum Deputado que quiser visitar os arquivos centrais do Governo, para comprovar que a situação realmente não é fácil. São caixas e caixas dispostas de forma desorganizada, foi à forma que encontramos aquilo, mas, os documentos, na medida do possível, têm sido localizados. Agradeço inclusive a sugestão do Josias, de montarmos uma sala específica com os documentos da Secretaria de Segurança Pública, porque em geral os documentos têm toda uma organização que foi feita pela equipe da segurança e cabe a nós montarmos uma força tarefa para localizar esses documentos. E, o problema da máquina copidora de fato é um problema que todos os senhores acompanharam no final do ano passado, quando irresponsavelmente o governo passado não pagou a empresa responsável pela reprografia no Estado de Roraima e, no mês de dezembro de 2014, a empresa retirou todas as impressoras e máquinas copadoras das secretarias do governo, pois foi assim que encontramos o governo em janeiro. Um contrato de reprografia está sendo

feito, mas uma licitação nova, todos sabem que demanda tempo, e nós temos impressoras, mas não temos de fato copadoras de grande porte lá. Até peço, se a Assembleia Legislativa tiver uma máquina copidora que possa emprestar para usarmos durante esses trinta dias e depois a devolveremos para esta Casa, o que ajudaria bastante, porque realmente há um entrave na cópia dos documentos. O servidor tem que sair da sede para ir a uma loja de serviço de cópias e isso acaba atrapalhando. Mas, a Secretaria está de portas abertas, à disposição de quem tiver algum tipo de dificuldade na emissão de documentos, podem procurar os nossos coordenadores gerais na coordenação da folha de pagamento, que é a responsável pela emissão da ficha financeira, na coordenação de RH, que é responsável pela ficha funcional, na Diretoria da Imprensa Oficial, que é responsável pelos decretos antigos e na SGGL, que é a responsável pelos documentos arquivados pelas secretarias. Então, quero agradecer a oportunidade de esclarecer e dizer que a responsabilidade pelo julgamento disso, como bem disse o Josias, é do Ministério do Planejamento. Nós vamos tentar sensibilizar o Ministério, conversei longamente com o Doutor Guilherme Estrada, que é o Secretário-Geral Adjunto, é o número três no Ministério do Planejamento, e ele nos garantiu que isso seria feito da forma mais honesta e mais isenta possível. Lamento muito, Josias, que os funcionários aqui da SANF estejam tendo certas dificuldades no trato com esses servidores, porque isso realmente é uma injustiça e um desrespeito muito grande. E, aproveitando a presença do superintendente do INSS, um dos documentos exigidos é um comprovante de recolhimento de contribuição previdenciária e é aí que entra a responsabilidade do Instituto de Seguridade Social, o registro previdenciário desses servidores. E me parece que, em alguns casos, tem havido certa dificuldade, sob a alegação de que poderia ter tido o desconto dessa contribuição previdenciária do servidor, mas não houve o repasse disso ao INSS naquela ocasião. De qualquer maneira, na ficha financeira do servidor é importante os associados atentarem para isso. Na ficha financeira que entregamos lá na SEGAD consta se houve o desconto previdenciário no contracheque do servidor, pois isso bastaria para que o Ministério do Planejamento aceitasse. É importante vocês exigirem lá na SANF e para isso conto com o apoio dos Deputados para sensibilizar esse pessoal, para que eles aceitem a informação que vem na ficha financeira. Ora, se foi descontado no contracheque do servidor, isso basta, o servidor não tem responsabilidade sobre o não repasse que eventualmente possa não ter acontecido lá nos idos de 92, 93 e assim por diante. Então, a Secretaria está à disposição, a equipe técnica da Secretaria está à disposição também sempre que os senhores precisarem. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Passo a Palavra ao senhor Antônio Quinto, Superintendente do INSS, que gentilmente cedeu seu tempo fora do rito normal desta Casa, para se deslocar dos seus afazeres e vir até aqui prestar esclarecimentos à sociedade. Essa presidência agradece sua presença e abre o tempo necessário para que vossa excelência possa se manifestar.

O Senhor Representante do INSS (**Antônio Quinto**) – Superintendente do INSS no Estado de Roraima – Bom-dia a todos os presentes. Vou ser breve nas minhas palavras. Sobre o INSS, o que corresponde a nossa parte é a entrega do extrato dos recolhimentos do trabalhador, seja na administração pública, ou seja, nos vínculos celetistas. Eu estou fazendo o atendimento diário de mais de 600 pessoas por dia, um atendimento rápido que dura no máximo 10 minutos. Agora, eu acredito que por parte do INSS não tem nenhum tipo de problema, porque, como eu disse, é um atendimento de 10 minutos. Sei que a demanda é grande, até o momento nós fizemos 7632 atendimentos de impressão do extrato CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) que visa o espelho do vínculo empregatício de todo trabalhador que esteja aqui em Roraima. Porém tem, que ter uma declaratória. A maioria, pelo pouco que eu conheço dessa PEC, eu acredito que apenas 60% dessas pessoas têm direito. Não sou jurista, porém tenho que esclarecer esse fato. Nós continuaremos entregando até o dia esses CNIS. Somente não aparece no extrato CNIS aqueles vínculos em que o servidor teve algum problema dentro da administração pública, seja do Estado, ou das prefeituras. Nesse caso, o servidor tem que levar para o INSS a ficha financeira do órgão ou do vínculo, o decreto de nomeação e, se existir, o decreto de exoneração. Obrigado e bom-dia para todos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Neste momento iremos passar a palavra para os Senhores Deputados. Primeiro, o Deputado Mecias de Jesus e, na sequência, o Deputado George Melo.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, quero cumprimentar os amigos que estão no plenário prestigiando a Sessão, cumprimentar e agradecer ao Secretário Frederico Linhares por ter aceitado o convite desta Casa, o senhor Josias Licata, o Doutor

Antônio Quinto. E, quero fazer apenas uma pergunta ao senhor Frederico. Quais são os documentos especificados que precisam para a pessoa dar entrada na SEFAZ? E ao Doutor Antônio Quinto, o que a pessoa precisa levar para sair de lá com essa certidão do INSS? São essas duas perguntas que gostaria de fazer ao senhor Frederico e ao doutor Antônio Quinto.

O Senhor Secretário de Estado de Administração (**Frederico Linhares**) – Bom-dia Deputado Mecias. Muito obrigado pela possibilidade de poder esclarecer. A SANF ela disponibiliza para as pessoas essa lista de documentos. É um cheque *list* que vai ser cumprido e eles fazem essa verificação. Eu vou ler os documentos para que fique registrado. O termo de opção, que é o documento que você declara que quer ingressar nos quadros federais, deve conter: carteira de identidade, CPF, o ato de admissão, que seria a portaria ou decreto, boletim interno, que seja publicado no Diário Oficial, e a carteira de trabalho e previdência social. Caso seja um vínculo CLT: Ficha Funcional, contracheque ou ficha financeira, comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias, o comprovante de escolaridade, referente ao cargo que você ocupava, e procuração, se for o caso. E para aqueles que são da área policial, eles pedem: habilitação em curso de formação policial, prova de efetivo exercício em alguma unidade policial, prova do desempenho de atividade policial. Ai eles dão alguns exemplos como: carteira policial, cautela de arma, cautela de algema, escala de serviços, boletim de ocorrência assinado pela pessoa, designação para realização de diligência e, também, comprovante de escolaridade. Então, vou passar à assessoria da Casa para que tire uma cópia para repassar a todos os Deputados.

O Senhor Representante do INSS (**Antônio Quinto**) – Senhor Deputado Mecias de Jesus, é um prazer falar com Vossa Excelência novamente. É simples, o senhor tem que levar Carteira de Identidade, CPF, para que seja entregue a relação dos seus vínculos empregatícios. Carteira de Identidade para identificar a pessoa, por ser um documento muito pessoal, e o CPF. Somente isso. O processamento dura, no máximo, 10 minutos. O que mais demora, para ser sincero com vocês, é o tempo de espera no INSS, porque eles dão preferência para os aposentados, pessoas com problemas de saúde e que estão recebendo algum tipo de assistência social, para os outros, a entrega apenas do CNIS, que é a entrega do vínculo empregatício. Nós atendemos 600 pessoas por dia e temos uma força tarefa de dez funcionários somente para realizar esse trabalho. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Passamos a palavra para o Deputado George Melo, autor do Requerimento que solicitou a vinda do Senhor Secretário Estadual de Administração, para trazer esclarecimentos nesta Audiência Pública.

O Senhor Deputado **George Melo** – Quero cumprimentar o Presidente, os Deputados, os Secretários presentes na Casa. Secretário, a minha pergunta é dirigida a Vossa Excelência. Eu tenho informações de que esses servidores, há dois meses, estão tentando buscar essa Ficha Financeira e até hoje ela não foi entregue, ou seja, está com sessenta dias, o que me preocupa muito, porque ainda há pouco, na sua fala, disse: olha, daqui a 30 dias. Quando foi levantado o pedido da vinda de Vossa Excelência até aqui, foi porque só faltam 13 dias, segundo a SANF, para que encerre o prazo. Então, a minha solicitação é que seja feita uma força tarefa, pois a SANF só atende 100 pessoas por dia e a gente entende que não pode deixar nenhum funcionário ser prejudicado. Eu sei que a Secretaria de Educação já tem essa leitura e, inclusive, também, queria fazer um pedido. Estou com a lista de documentos da Dona Maria das Graças da Silva Santos e há um ponto onde se está fazendo uma observação, onde a Secretaria de Administração coloca assim: servidora atualmente sem vínculo empregatício com o Estado e Município. Querida que essas observações fossem desconsideradas, pois essas observações são desnecessárias. Gostaria que a gente pudesse fechar isso aí de outra forma, como, por exemplo: a servidora reside no Município de Boa Vista, Roraima. Acho que assim seria de grande valia, mas não colocar que está sem vínculo empregatício. A gente entende que tudo isso pode existir a pessoa em uma situação de desvantagem na hora de se fazer esse fechamento. Querida lembrar ao Secretário que o Estado de Rondônia já teve esse benefício que o Estado de Roraima está tendo e lá a expectativa era que passasse de cinco mil servidores enquadrados e, para a surpresa de todos, só 37 entraram. Então, estamos muito preocupados para que o Estado de Roraima não seja surpreendido, porque esses servidores entrando, eu, o Deputado Chagas e o Deputado Naldo estávamos fazendo um levantamento por alto, numa estimativa de 180 milhões por ano seria incrementado na nossa economia se todos esses servidores fossem enquadrados na União. Então, veja, Senhor Secretário, que está à frente de uma pasta importante. Hoje, o nosso Estado necessita muito de circulação de dinheiro e entendo que essa força tarefa agora só vai tranquilizar esses pais de família, como também os nossos

empresários, os nossos investidores, os nossos pequenos comerciantes. Atualmente, Hoje a pequena economia informal funciona com uma força muito grande em nosso Estado, até porque a questão do vínculo empregatício está cada vez mais difícil. Então, para resumir, eu gostaria que fosse abordada essa questão da Ficha Financeira, para que fosse dada celeridade, pois temos informações de pessoas que estão há dois meses sem receber e só resta o prazo de 13 dias, que é um prazo terrível. Nós temos a informação que foi dada agora há pouco pelo secretário de que falta material para que possam expedir essa documentação. Então, fiquei duplamente preocupado pelo tempo de 13 dias que faltam para essas pessoas receberem essa documentação. Obrigado!

O Senhor Secretário de Estado de Administração (**Frederico Linhares**) – Bom-dia, Deputado George, é um prazer estar com o Senhor. Quero agradecer o convite e a oportunidade de poder esclarecer essas dúvidas. Deputado, ficha financeira é um documento relativamente simples de ser obtido, é por isso que me causa certa estranheza esse prazo de dois meses que chegou ao senhor. Peço que o Senhor encaminhe até mim, essas pessoas que estão tendo esse tipo de dificuldade, porque a média de obtenção de toda essa documentação, pois quando o servidor vai lá e faz a solicitação, ele pede tudo, a ficha funcional, a ficha financeira, até uma gordurinha, porque, às vezes, o protocolo, demora um dia para encaminhar, não passa de 15 dias, até porque é um tipo de documento simples. Então, quem tiver um prazo maior do que esse, por favor, me procurem, porque podemos resolver esse problema de forma bem simples. Como eu disse, no início do ano nós tínhamos uma demanda represada do ano passado, uma demanda enorme que foi protocolada no ano passado. A administração passada não deu o segmento devido e nós tínhamos uma quantidade bastante significativa de fichas financeiras para emitir, mas passado esse represamento, a emissão passou a acontecer de forma mais tranquila. Sobre a observação da ficha Financeira, concordo com o senhor, de fato é uma boa ideia, é uma informação usual, mas ela pode acabar prejudicando, porque lá diz que não há vínculos e a pessoa pode acabar interpretando de forma equivocada. Nós podemos retirar isso, sem problema nenhum.

O Senhor Deputado **George Melo** – Querida apenas saber com relação aos 13 dias que faltam.

O Senhor Secretário de Estado de Administração (**Frederico Linhares**) – São 15, Deputado! Será dia 22.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, quero dizer que declaro o meu total apoio aos servidores que aqui se encontram. Primeiro, reconheço que são trabalhadores que prestaram um serviço grandioso ao Estado de Roraima, à época da sua formação, pois se hoje temos um Estado forte e crescente, muito se deve a esses trabalhadores que aqui estão e que não podem ficar desamparados de forma alguma. Então, declaro o nosso apoio e ressalto que a luta deles é justa. Nós temos conversado que a nossa postura no Estado de Roraima é de defesa pela aprovação sem nenhum veto. Já conversamos, esta semana, com a Senadora Ângela, a Vereadora Suely Cardoso, com o Deputado Evangelista e declaramos o nosso apoio. Em outra conversa, falamos com a Governadora do Estado para fortalecer ainda mais esta luta. E ontem, eles estiveram com a Presidente Dilma pedindo para que seja aprovado sem veto, para que seja concedido o direito, a garantia a esses servidores do Estado de Roraima. Quero aqui registrar o trabalho incansável da Vereadora Suely Cardoso, Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores de Boa Vista, pois que a maioria desses servidores que serão enquadrados, se Deus quiser, que serão beneficiados, são do Município de Boa Vista, da Prefeitura de Boa Vista, são sindicalizados àquele Sindicato que também sou sindicalizado. E nós já temos a confirmação que durante a conversa de ontem, a Presidente Dilma, manifestou-se sensibilizada. Quero dizer, também, que em reunião com os Ministros Deusuine e Mercadantes, os articuladores do Governo Federal, demonstramos a nossa necessidade, pedimos o apoio para que seja votado, aprovado e sancionado pela Presidente sem o veto. E quero registrar ainda que a bancada de legisladores do Estado de Roraima está comprometida com os trabalhadores deste Estado. Obrigado!

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Algum outro parlamentar deseja fazer alguma pergunta?

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) – Senhores Deputados, senhoras e senhores, é sobre o que foi recolhido desses trabalhadores e que não foi declarado. Não foi declarado, os Governos não passaram para o INSS nem o FGTS. O que os trabalhadores estão falando ali é que a certidão de tempo de serviço só está saindo de 96 pra cá, mas tem que sair antes, porque se o Governo do Estado não tem nenhum documento que comprove que esses trabalhadores trabalharam nesse período aqui, no ex-Território, eles têm documentos, a associação têm documentos e nós temos como provar que essas pessoas trabalharam dentro do lapso temporal de 04/10/89 a 04/10/93. Então, está dentro da



Emenda Constitucional e nós temos como provar, pois essas pessoas têm documentos. Eu senti com o Secretário aqui que disse que entende que será feito pelo documento do trabalhador. Resta saber se o Secretário de Administração vai afirmar isso agora ou amanhã, em uma conversa que teremos com ele. Todavia, se a Secretaria de Administração não tem como provar que essas pessoas trabalharam nesse período, mas se o trabalhador tem, eles têm que atender ao pedido do trabalhador, isso se a intenção é de nos ajudar. Quero pedir também ao representante do INSS que carimbe as certidões, pois estão dando certidões sem carimbo e a SANF está pedindo carimbo, porque é o carimbo que valida a certidão do servidor. Fora isso, o INSS está de parabéns. Não tivemos um grande número de reclamações de lá, mas se agora, na reta final, o senhor puder colocar mais servidores para acelerar o trabalho, será muito gratificante.

O Senhor Representante do INSS (**Antônio Quinto**) – Meus amigos, sou roraimense e tenho que reconhecer que há expectativa tanto em vocês, quanto em nós. O INSS se prontificou a ajudar. Primeiramente, nós tiramos extratos que eram enviados para a Administração e que foram recusados por não terem assinatura. As pessoas voltaram para o INSS e tivemos uma conversa com a chefe da Administração, na época, e os servidores foram orientados a carimbar todos os extratos e a assinar onde aparece o nome e o número de matrícula do servidor público federal, todos. Então, senhores, eu não preciso mentir. Todos os extratos CNIS que estão sendo entregues desde um mês atrás, estão saindo desse jeito. Só queria fazer uma colocação para o colega, que o extrato CNIS é válido para o Ministério de Planejamento e tem quase força de lei. Então, peguem e levem seus extratos, e, se não aparecer o vínculo empregatício, vocês precisam da ficha financeira para a comprovação oficial do vínculo, do decreto de nomeação e do decreto de exoneração, se houver, nesse caso, no Diário Oficial, para que seja incluído o vínculo.

O Senhor Deputado **George Melo** – Estou com os contracheque da Dona Maria das Graças Santos Silva, dela aqui, onde constam todos os descontos dela até o ano de 1993. Então, gostaria que o Senhor desse uma olhada, pois embora tenham descontado no contracheque dela, provavelmente não houve desconto no INSS. Mas, com essa comprovação o senhor está dizendo, e mais a Ficha Financeira, que há a garantia de reconhecimento de vínculo? É isso o que o senhor está dizendo?

O Senhor Representante do INSS (**Antônio Quinto**) – Repito novamente, tem que levar a ficha financeira. Se na ficha financeira não aparecer esses descontos, infelizmente não podemos considerar vínculo. Nesse caso, será necessária a comprovação do vínculo. Repito, novamente, será necessária a Ficha Financeira, o Decreto de Nomeação e o Decreto de Exoneração. Isso só aparece no Diário Oficial. Essa é só uma normativa que nós temos.

O Senhor Deputado **George Melo** – A minha pergunta agora será dirigida ao Secretário de Administração. Secretário, então é dado aos Deputados a garantia de que todo o servidor, até o dia 22, estará com toda a sua documentação completa, para que eles deem entrada no serviço público federal? O senhor dá essa garantia a este parlamento?

O Senhor Secretário de Estado de Administração (**Frederico Linhares**) – Toda a documentação que competir à Secretaria, sem dúvida alguma será garantida a todos eles. Até quero convidar algum Deputado que queira acompanhar o processo para ir lá. Mas, damos essa garantia sim, Deputado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Eu gostaria de me dirigir ao senhor Josias, uma vez que, entendo que o que está acontecendo aqui é um problema de tempo, porque o prazo é até o dia 22, o que quer dizer que é o tempo exímio para enquadramento de outros servidores integrarem. O senhor tem ideia de quantos servidores estariam prejudicados caso ele não tenha o tempo hábil para apresentar sua documentação, dado a burocracia do sistema nacional brasileiro?

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) – Nós temos em média uns 600 trabalhadores que estão passando por essas dificuldades.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Então, o objetivo maior seria o prazo que está dificultando o enquadramento desses servidores?

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) – E não há outro prazo, é regimental, está na Lei, vai encerrar dia 22. O que estou acertando aqui, com o Secretário, é que possa fornecer essa certidão de tempo de serviço para cada trabalhador e a ficha financeira que aí sim, dá garantia. Mesmo que esse trabalhador não apareça no INSS com o recolhimento, nós vamos jogar a culpa para o trabalhador? Não! Se houve erros, houve erros dos governos de Estados, do Governo Federal e não é o trabalhador que tem que pagar por isso. Por que o Governo Federal não baixou uma certidão isentando isto? Porque estamos fazendo opção para o Governo Federal. O Governo Federal tem que fazer como fez o Estado do Amazonas, antes de acontecer concurso público lá, o governo passou essas pessoas para o quadro federal e todo o regime funcional o

Governo Federal providenciou. Então, queremos que o Governo Federal se manifeste agora e nos dê uma resposta.

O Senhor Deputado **George Melo** – Mas se tiver a ficha financeira não tem problema, porque o representante do INSS está dizendo que na hora que a Secretaria de Administração dá a ficha financeira, ele já pode se dirigir com a documentação ao INSS e requerer. Agora, precisa de tempo para que o INSS providencie a documentação e ele adentre na SANF.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Josias, eu queria que me dissesse o que o Poder Legislativo poderia fazer para acelerar, de maneira imediata, esse processo, fazendo com que toda essa burocracia fosse dissipada, para que pudéssemos evoluir e esses servidores que estão com dificuldade, dado o prazo, pudessem ter o seu tempo adquirido? O que Assembleia Legislativa poderia fazer nesse momento para atender a reivindicação desses servidores?

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) – Peço ao Senhor Presidente que crie uma Comissão Mista para que nós, entidade, possamos fazer parte, uma Comissão Interestadual para acompanhar esses trabalhadores até o final. Peço ao Senhor Presidente que possa colocar Deputados para nos acompanhar até a Secretaria de Administração, SANF, até os órgãos onde os servidores estão tendo dificuldades, e que esta Comissão fosse criada o mais rápido possível, devido o prazo que encerra dia 22.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Há uma Lei Federal que estabelece critérios. Pelo que senti de vários servidores que têm nos procurado, o problema está muito na SANF. Primeiro, eles estabeleceram números de servidores para receber a documentação por dia, filas imensas estão lá e as pessoas não estão conseguindo entregar a documentação. E também há uma resistência, porque eles querem que comprovem o pagamento dos benefícios previdenciários e se recusam a receber a ficha financeira como comprovante do pagamento, porque de fato a ficha financeira pode comprovar o recolhimento, mas como o INSS não recebeu, por isso não pode dar o atestado de recebimento, e a SANF se recusa a receber os documentos sem esse comprovante. Então, além de fixar números de pessoas a serem atendidas por dia, que ficam nas filas com o documento na mão para entregar, os que conseguem, eles se recusam a receber sem os comprovantes. Portanto, a ação tem que ser muito clara a Secretaria de Administração e o INSS devem se alertar com o prazo para fornecer esses dados. Agora, a ingerência maior é junto à Superintendência Federal que está criando impasses, pois além de não atender o pessoal que está lá todos os dias na fila, limitam o número de pessoas e ainda não aceitam os documentos. Esse é o problema maior.

O Senhor Secretário de Estado de Administração (**Frederico Linhares**) – Deputada Aurelina, é importante sua preocupação. Deputado Jalser, seria de grande relevância se a Assembleia Legislativa pudesse entrar em contato com o Ministério Público Federal, para que este emitisse uma recomendação à SANF, para que não limite os atendimentos diários, porque Ministério Público Federal tem uma força muito grande e vindo uma recomendação dele, com certeza a SANF vai atender. Nós, inclusive, já disponibilizamos servidores da SEGAD para ajudá-los nesse serviço, mas não surtiu efeito. No entanto, se o Ministério Público Federal interferir, nós teríamos uma celeridade maior.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** – Gostaria de fazer uma sugestão. Tem situações de servidores que o INSS não vai ter condições de atender. Vou citar o meu próprio caso. Eu era professora e não tinha nos meus contracheques, o desconto do INSS. E se não tinha desconto, não tinha recolhimento, então, esse documento não vai constar no INSS. Mas, tenho a minha ficha financeira, todos os meus contracheques, aí o vínculo é presumido. Pelo pensamento do Secretário Frederico Linhares, se o Ministério Público Federal intervisse e qualquer documento justificasse, bastaria um documento que presumisse o vínculo, isso seria suficiente. E quem era servidor das Prefeituras? A Prefeitura não tinha diário oficial, mas se o servidor tem a carteira de trabalho assinada, já seria suficiente. Acho que o que está faltando nesta questão é um mínimo de bom senso por parte das pessoas, pois a SANF e a própria Lei não regulamentou, mas bastaria um único documento. Não sei se é de competência do Ministério Público Federal, mas temos que recorrer a ele para pedi que a SANF aceite e encaminhe para o Ministério do trabalho se a pessoa tiver um único documento dizendo que foi servidor, com a ficha financeira, assinatura na carteira, ou até mesmo uma declaração do Prefeito da época, do Governador. Se a pessoa tinha portaria assinada pela chefe do setor, dizendo que ela era servidora, que cumpria expediente lá, acho que tudo isso deveria valer, porque uma oportunidade dessa não volta mais. Depois você vai ter que entrar na justiça para garantir o seu direito. Então, agora devem usar um pouco de bom senso e regulamentar.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, gostaria de parabenizar todos que estão aqui e de acompanhar o raciocínio do nobre Secretário de Administração. Eu acho, Presidente, que o Ministério Público Federal deveria recomendar à SANF que recebesse os documentos dia de sábado, já que estão limitando o número de atendimentos em dia normal e, se eles não atendessem, entrasse com mandado de segurança as obrigando a receber, porque os funcionários estão num desespero grande sem saber a quem recorrer. Gostaria que Vossa Excelência pedisse ao Ministério Público para que orientasse, para que fosse prorrogado até sábado ao meio-dia, ou uma hora da tarde, para que acabasse com essa angústia. A Deputada Ângela falou uma coisa certa, as prefeituras do interior, em 1983, 1984 muitas delas não pagavam o INSS, nós temos conhecimento disso, não existem mais documentos, mas muitas pessoas que trabalhavam nas prefeituras têm as carteiras assinadas. Por que não estão recebendo as carteiras? É um documento, é um comprovante. Recebam as carteiras assinadas e eliminem as outras exigências para que os funcionários possam se enquadrar. Muitos prefeitos já faleceram, o pessoal do interior não é informatizado. E muitos colocam a culpa nos prefeitos, mas ninguém é culpado, todos nós somos responsáveis. Gostaria que Vossa Excelência solicitasse para que recebessem os documentos aos sábados.

O Senhor representante da PEC 660, (**Josias Licata**) - Senhor Presidente, a Superintendente da SANF foi a uma rádio falar que quem não tem certificado escolar já está eliminando. Eu não sei se ela tem alguma garantia para falar isso. Temos pessoas que têm curso superior e estão sendo impedidas de entregarem seus diplomas. O Ministro do Planejamento falou que até pão podre eles vão ter que receber. Estou pedindo para que Vossa Excelência crie a Comissão, porque tudo que vier de Brasília eu quero repassar aos Deputados. Nós não temos impedimentos dentro do Ministério, estamos tendo impedimentos aqui, e esse povo um dia já foi enquadrado por articulações de políticos do nosso Estado. Não defendemos bandeira de político nenhum, defendemos os trabalhadores e o que estamos pedindo é para que a Assembleia crie uma comissão, para que, onde tivermos dificuldades os nossos representantes estejam do nosso lado para nos ajudar. Estamos tendo problema na Prefeitura de Caracará. O prefeito de Caracará se acha impedido de dar uma certidão de tempo de serviço para os trabalhadores. Eu quero a intervenção da Assembleia, pois, e se houver uma comissão, iremos até Caracará. No Baliza temos informações de que a Prefeitura pegou fogo, mas temos um documento do Corpo do Bombeiros daquele tempo. O Prefeito, baseado neste documento, pode dar a certidão. O Deputado Mecias de Jesus, que conhece muitas pessoas naquela região, pode falar com o prefeito para ele dar a certidão. Senhor Presidente, crie essa comissão, nos coloque na comissão para que possamos esclarecer qualquer dúvida. Eu estou à disposição, eu estou nesta luta, fui eu a razão para desenterrar os direitos desses trabalhadores.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero comunicar aos Senhores Deputados que esta Casa é democrática e aceita sugestões, isso é que faz com que a democracia prevaleça. A sua sugestão será acatada. Iremos criar uma comissão especial com os Deputados George Melo, Aurelina Medeiros, Mecias de Jesus, Lenir Rodrigues e Coronel Chagas. É de praxe que todos os Parlamentares estejam no Estado na quinta-feira e retornem para Brasília na segunda-feira. O objetivo desta Comissão é enfrentar, junto com esses parlamentares, a ida ao Ministério Público Federal, aos órgãos federais, para que torne mais fácil e desburocratize essa posição que enfrentam hoje os possíveis servidores, baseados na PEC 660. Esta comissão está criada pelos referidos Deputados e terão como convidados o Senhor Josias Licata, o Secretário Estadual de Educação, Frederico Linhares, e um integrante do INSS. Serão oito membros o número necessário para que, até o próximo dia 22, possamos ajudar esses servidores, para que sejam enquadrados dentro da lei. Esta Comissão já pode se reunir para decidir o Presidente e Vice-Presidente e, a partir de segunda-feira, já possa emitir um prognóstico do que estamos tratando hoje.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, quero sugerir ao nobre Secretário de Administração, porque muitos servidores têm o direito, mas não têm conhecimento, que seja comunicado na imprensa que o prazo é até o dia 22. E essa reunião será inócua, se a Assembleia não der publicidade a este ato para que todos tenham conhecimento do prazo e da documentação. Sugiro que a Secretaria de Administração receba a documentação que tiverem. Se, porventura, o Ministério do Planejamento não aceitar, eles já deram entrada e terão um tempo para conseguir os outros documentos, pois quando você dá entrada em uma petição e ela está incompleta, o juiz manda você emendar. Isso é para que não deixemos muitas pessoas sem apresentar os documentos por falta de conhecimento. A Secretaria deve receber a ficha financeira, a certidão do INSS, porque se o servidor tem a certidão

do INSS, no meu entendimento já está comprovado que ele foi servidor federal. Gostaria de agradecer e dizer que estou muito honrado em ser convidado a fazer parte desta Comissão mas, eu viajo dia 18 e só volto dia 23 e, em conjunto com o Deputado Sampaio, estamos sugerindo o nome do Deputado Evangelista Siqueira para substituir meu nome.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Neste Caso, fica o nome do Deputado Evangelista Siqueira. Então, a comissão fica composta pelos senhores deputados: George Melo, Aurelina Medeiros, Mecias de Jesus, Lenir Rodrigues, Coronel Chagas e Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Gostaríamos só de reforçar para que a Secretaria receba os documentos que tiverem e abra-se um prazo para que o servidor apresente os demais documentos.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – A gente tem pouco tempo. Quem recebe os documentos é a SANF, o INSS e a Secretaria apenas vão agilizar para não deixar parar. A nossa atuação tem que ser a partir deste final de semana. Nós temos que contar com os nossos políticos de Brasília, porque são decisões no âmbito federal. Inclusive, com relação à SANF, peço o apoio dessas pessoas, para irmos ao Ministério Público e chamarmos os nossos políticos que deverão estar aqui, neste final de semana. O nosso problema está na SANF diante do compromisso do nosso Secretário e do Superintendente do INSS em emitir os documentos, ou melhor dizendo, o problema é a SANF receber esses documentos. A atuação da comissão deve começar hoje.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Faça um pedido para que a comissão já se reúna após o término da sessão e marque a pauta, para que tenhamos uma posição o mais rápido possível em razão do tempo.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Eu imaginei que era a Secretaria de Administração que estaria recebendo os documentos. Peço desculpas ao Doutor Frederico e sugiro a comissão que procure a SANF para que receba a documentação completa ou não.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – No meu entender, quem tem mais interesse nesse enquadramento é o governo, porque quanto mais servidores forem enquadrados, melhor para o governo.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Doutor Frederico, peço aos servidores que deem um atendimento especial as pessoas mais humildes, aquelas que vêm do interior, porque um mal entendido, uma palavra errada já faz com que essas pessoas desanimem e não procurarem pelos seus documentos. Elas precisam de um atendimento melhor.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Esta presidência agradece a presença do Senhor Josias Licata, bem como do Secretário Estadual de Administração, do Superintendente do INSS, dos Senhores Deputados, convidados. A comissão fica criada e preciso que se reúnam para decidirem a presidência e já marquem a pauta, para que tenhamos uma decisão o mais rápido possível.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 11 de maio, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Lenir Rodrigues, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos e Soldado Sampaio.**  
**Ata Sucinta Aprovada em: 12/05/2015**

## ATAS DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES  
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES  
**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 031/2015 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO 033/2015**

Palácio Antônio Martins, 27 de maio de 2015.

### Edital de Convocação nº 001/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, membros desta Comissão Especial Externa, Deputados: **Mecias de Jesus, Lenir Rodrigues, Naldo da Loteria, Izaías Maia e Aurelina Medeiros** para reunião extraordinária desta Comissão, datada para o dia 02 de Junho do corrente ano, às 15 horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para que seja arguido o **Senhor Alysson Roger Soares Macedo**, indicado pela Chefe do Poder Executivo, para ocupar o Cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima - **ITERAIMA**, conforme Mensagem Governamental nº021, de 22 de Abril de 2015.

Atenciosamente,

**Dep. Marcelo Cabral**  
 Presidente da Comissão